

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2015/2016



TIG

**O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

CAP INF António Xavier M. Rocha Pereira Coutinho

CAP INF Hélio Gonçalves da Silva

CAP ART Bruno Filipe Simões Ladeiro (Coordenador)

CAP ART Humberto Miguel Rodrigues Gouveia

CAP TM Ângelo Miguel Lopes Silva

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS

Pedrouços 2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

CAP INF António Xavier M. Rocha Pereira Coutinho

CAP INF Hélio Gonçalves da Silva

CAP ART Bruno Filipe Simões Ladeiro (Coordenador)

CAP ART Humberto Miguel Rodrigues Gouveia

CAP TM Ângelo Miguel Lopes Silva

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS

Orientador: MAJ TM LOPES ANTUNES

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti-plágio

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado O Comando Missão na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-75) corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto discentes do CPOS 2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 08 de julho de 2016

António X. M. R. P. Coutinho
CAP INF

Hélio G. da Silva
CAP INF

Bruno F. S. Ladeiro
CAP ART

Humberto M. R. Gouveia
CAP ART

Ângelo M. L. Silva
CAP TM



Índice

Introdução	1
1. Revisão da Literatura e Metodologia	4
1.1. Evolução do Comando Missão	4
1.2. Conceito da Função de Combate Comando Missão	5
1.3. Tarefas da Função de Combate Comando Missão	5
1.3.1. Compreender	7
1.3.2. Visualizar	7
1.3.3. Descrever	7
1.3.4. Dirigir	8
1.4. Metodologia	8
2. Compreender o problema	10
2.1. O Ambiente Operacional	10
2.2. A Ameaça	11
2.3. O Problema	11
3. Visualizar o Estado Final, a Natureza e a Conceção Operacional	14
3.1. Carta de Comando e o Estado-Final das Operações	14
3.2. A Natureza da Luta	15
3.3. A Conceção Operacional	15
3.3.1. Primeiro Vetor – a Operação NÓ GÓRDIO	16
3.3.2. Segundo Vetor – Operação Fronteira	16
3.3.3. Terceiro Vetor – A política do aldeamento	17
3.3.4. Quarto Vetor – A segurança a CAHORA BASSA	17
4. Descrição das Operações	19
4.1. Operação NÓ GÓRDIO	19
4.2. A segurança da barragem de CAHORA BASSA	20
5. Dirigir o Processo Operacional	23
5.1. A Direção da Operação NÓ GÓRDIO	23
5.2. A Direção na segurança da barragem de CAHORA BASSA	25
Conclusões	27
Bibliografia	29



Índice de Anexos

Anexo A —	Síntese dos objetivos, dimensões e questões orientadoras.....	Anx A-1
Anexo B —	Síntese dos indicadores	Anx B-1
Anexo C —	Mapa Concetual	Anx C-1
Anexo D —	Os Comandantes Chefe de Moçambique (1961-74).....	Anx D-1
Anexo E —	Entrevista ao Major-general Pereira Coutinho	Anx E-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Ramificação do Comando Missão.....	4
Figura 2 – Tarefas da função de combate Comando Missão	6
Figura 3 – Processo Operacional	7
Figura 4 – Mapa Concetual.....	Anx C-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Situação subversiva e contra subversiva.....	12
Tabela 2 – A solução do General Arriaga.....	16
Tabela 3 – Objetivos, dimensões e questões orientadoras.....	Anx A-1
Tabela 4 – Indicadores	Anx B-1



Resumo

O presente trabalho de investigação tem como objetivo geral “testar a validade do Comando Missão no Teatro de Operações de Moçambique (1964-75)”, constituindo como modelo de análise os conceitos doutrinários que definem o Comando Missão na atualidade.

Para alcançar o proposto procedemos a uma análise documental de documentos históricos e de bibliografia publicada sobre o tema, bem como à realização de uma entrevista semi-diretiva de forma a corroborar os dados obtidos e a esclarecer algumas situações impossíveis de identificar nos documentos analisados.

A investigação centrou-se em quatro dos pilares do Processo Operacional, a Compreensão, a Visualização, a Descrição e a Direção, conduzido pelo Comandante e seu Estado-maior.

Como principal conclusão deste estudo pode referir-se que apesar de algumas diferenças relativamente às utilizadas atualmente, é correto afirmar que os conceitos de Comando Missão eram claramente empregues pelos comandantes no Teatro de Operações de Moçambique.

Foi possível verificar e deduzir que os comandantes conduziam uma análise de situação que lhes permitia identificar o problema, visualizavam a forma de resolver esse problema e o estado final a obter, transmitiam ao seu Estado-maior os resultados dessa visualização para planeamento, e conduziam as operações por forma a obter os resultados por si esperados.

Palavras-chave

Comando Missão, Comandante, Compreender, Visualizar, Descrever, Dirigir.



Abstract

This research paper has the general objective of "testing the validity of Mission Command in Mozambique Theater of Operations (1964-75)", using as analysis model the doctrinal concepts that define the Mission Command.

To achieve the proposed objective, we undertook an historical documents and published literature analysis and a semi-directive interview, in order to corroborate the data obtained and to clarify some situations impossible to identify in the analyzed documents.

The research focused on four of the pillars of the Operational Process, Understand, Visualize, Describe, and Direct, led by the Commander and its general staff.

As main result of the study it can be noted that, despite some differences from the currently used, it is true that the concepts of Mission Command were clearly employed by Mozambique Theater of Operations commanders.

It was possible to verify and deduct that commanders led a situation analysis that allowed them to identify the problem, visualized how to solve this problem and the end state to be obtained, transmitted the results of the visualization to their general staff for planning, and lead the operations in order to achieve the results that they expected.

Keywords

Mission Command, Commander, Understand, Visualize, Describe, Direct



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADN	Arquivo da Defesa Nacional
ADRP	<i>Army Doctrine Reference Publication</i>
AHM	Arquivo Histórico Militar
CCIR	<i>Commander's Critical Intelligence Requirements</i>
CCM	Comando Chefe de Moçambique
CODCB	Comando Operacional da Defesa de CAHORA BASSA
COFI	Comando Operacional das Forças de Intervenção
D	Dimensões
EEFI	<i>Essential Elements of Friendly Information</i>
EM	Estado-Maior
FA	Forças Armadas
FM	<i>Field Manual</i>
I	Indicadores
NT	Nossas Tropas
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QG	Quartel General
QG/CC	Quartel General do Comandante-chefe
SITREP	Relatórios de Situação
TO	Teatro de Operações



Introdução

Após o final da 2.^a Guerra Mundial e o consequente rearranjo de poderes na ordem internacional, verificou-se a emergência progressiva de movimentos de autodeterminação antagónicos à ordem colonial estabelecida, principalmente em África e na Ásia. Neste contexto Portugal viu-se envolvido na Guerra do Ultramar, que se desenvolveu em paralelo com conflitos de características semelhantes em três Teatros de Operações, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Em 1964 tiveram início as primeiras ações armadas no território de Moçambique quando os guerrilheiros da FRELIMO realizaram a sua primeira ação em setembro de 1964 atacando a localidade de Chai, em Cabo Delgado, três anos depois da eclosão do conflito nos territórios de Angola e da Guiné, e da perda dos territórios da Índia portuguesa.

No âmbito dos Trabalhos de Investigação de Grupo a serem desenvolvidos durante o Curso de Promoção a Oficial Superior – Exército, foi identificado um conjunto de dez temas para investigação que procuram caracterizar o conflito no Teatro de Operações (TO) de Moçambique, que ocorreu entre 1964 e 1975. De forma a obter uma visão global do conflito neste TO, pretende-se direcionar a análise a desenvolver para vários níveis, do estratégico ao tático, culminando com a descrição dos principais elementos relativos a cada uma das funções de combate.

Tendo por base a doutrina atual que define a organização das operações segundo funções de combate, e no âmbito da função de combate Comando Missão, iremos investigar em que medida as ações levadas a cabo na campanha militar no TO de Moçambique se enquadram nas tarefas que apoiam o Comandante durante o exercício do Comando e Controlo.

O Comando Missão como função de combate permite ao Comandante equilibrar a arte do comando e a ciência do controlo. A arte do comando está relacionada com o exercício criativo e competente da autoridade, através do processo de decisão e da liderança enquanto que a ciência do controlo se refere aos procedimentos e sistemas, disponíveis aos comandantes, para desenvolver a compreensão e apoiar a execução das missões (*Department of the Army*, 2012).

A eficácia das operações exige que os comandantes estabeleçam, integrem e sincronizem ações, de forma a obter e manter o controlo do ambiente operacional. Tal desígnio é alcançável através da aplicação de um conjunto de tarefas e sistemas que, integrados entre si e com as restantes funções de combate, permitem desenvolver atividades



que equilibram e conjugam a arte do comando e a ciência do controlo (*Department of the Army*, 2012).

Pela complexidade de variantes na informação que este tema comporta, a investigação irá focalizar-se nas tarefas primárias do Comandante e do Estado-Maior (EM) na condução do processo operacional em dois momentos da campanha militar no TO de Moçambique:

- Operação NÓ GÓRDIO, em 1970;
- A segurança da barragem CAHORA BASSA.

O presente trabalho de investigação tem como objetivo geral “testar a validade do Comando Missão no TO de Moçambique”, constituindo como modelo de análise os conceitos doutrinários que definem o Comando Missão na atualidade. Tal como definido na atual doutrina e procurando enquadrá-los na sua configuração e desenvolvimento, durante as Operações em Moçambique para o período em estudo.

De forma a evitar juízos desadequados tendo em conta a distância temporal e física do TO e da Campanha Militar conduzida, bem como de algumas dificuldades no acesso a documentação e a diversos relatos em primeira mão, a investigação não irá incidir na “Avaliação” e “Liderança” na condução do processo operacional por parte do Comandante e seu EM.

Para alcançar o objetivo geral anteriormente definido, procuramos responder à Questão Central (QC): “Como foi empregue, à luz do conceito atual de Comando Missão, a arte do comando e a ciência do controlo durante a campanha Militar no TO de Moçambique entre 1964 - 1975?”. Desenvolveram-se então quatro Questões Derivadas (QD):

- QD1: Qual era a compreensão que o Comando possuía do ambiente operacional e da ameaça no TO de Moçambique?
- QD2: Como foi visualizado o estado final, a natureza e a conceção operacional tendo em vista a resolução do problema no TO de Moçambique?
- QD3: De que forma foi operacionalizada a resolução do problema identificado no TO de Moçambique?
- QD4: Como é que foram dirigidas as operações no TO de Moçambique, para fazer face ao problema identificado, no âmbito da função de combate Comando Missão?

Tendo em conta os objetivos propostos, a metodologia aplicada basear-se-á na metodologia científica proposta por Quivy e Campenhoudt, na obra *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1995), adotada pelo Instituto Universitário Militar. O estudo desta



temática incidu na pesquisa em artigos e documentos oficiais das Forças Armadas (FA) portuguesas, bem como de bibliografia publicada oficialmente por historiadores do tema. Foi também conduzida uma entrevista semi-diretiva de forma a corroborarmos os dados obtidos. Após construção do modelo de análise foram identificadas as dimensões que se pretendem escarpelizar. No seguimento da investigação, elaboraram-se ainda os indicadores que se pretende observar, a fim de validar a dimensão estabelecida e consequentemente dar respostas às QD.

De acordo com a metodologia utilizada, no primeiro capítulo apresenta-se uma revisão da literatura, abordando o conceito doutrinário do Comando Missão na sua aplicação prática em operações, bem como a metodologia utilizada na investigação e o modelo de análise adotado. No segundo, terceiro, quarto e quinto capítulos iremos abordar os indícios derivados e relacionados a partir de diversas fontes, descrevendo como é que o conceito doutrinário do Comando Missão foi implementado no decorrer da campanha de Moçambique, vertendo-se nos objetivos específicos apresentados. No final iremos tecer algumas conclusões sobre a temática estudada.



1. Revisão da Literatura e Metodologia

O Comando Missão consiste no exercício da autoridade e direção por parte do Comandante no desenrolar de operações terrestres, através de ordens tipo-missão de forma a assegurar a iniciativa disciplinada dos seus líderes subordinados, assumindo-se simultaneamente (Figura 1) como uma filosofia e uma função de combate (*Department of the Army*, 2014).

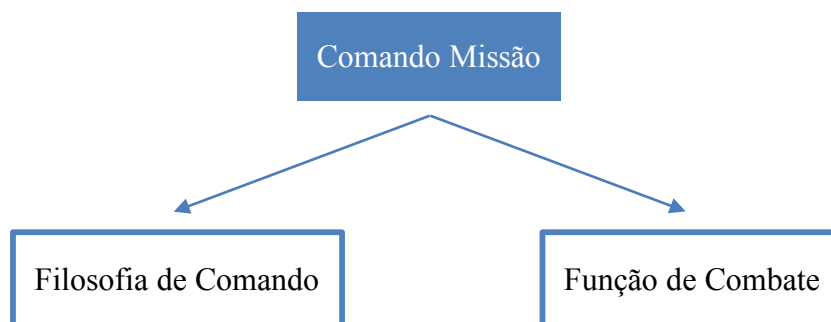


Figura 1 – Ramificação do Comando Missão
Fonte: (*Department of the Army*, 2014)

Como filosofia de comando, de acordo com o *Army Doctrine Reference Publication* (ADRP) 6-0, o Comando Missão auxilia os comandantes a capitalizar a capacidade humana de tomada de decisão na resolução de uma determinada situação tática, de forma a atingir a intenção e estado final do Comandante (*Department of the Army*, 2012). Por sua vez e conforme o *Field Manual* (FM) 6-0 a função de combate Comando Missão consiste num conjunto de tarefas e sistemas que apoiam o exercício de autoridade e direção por parte do Comandante. São a ferramenta chave que proporciona ao Comandante equilibrar a arte do comando e a ciência do controlo (*Department of the Army*, 2014).

1.1. Evolução do Comando Missão

O conflito e a disputa estiveram sempre presentes e associados ao longo da história da humanidade. O ambiente operacional em que estes se desenrolavam, por sua vez, foi sofrendo inúmeras alterações, caracterizando-se nos dias de hoje por uma elevada incerteza e ambiguidade. O seu estudo e compreensão, apesar de utilizar ferramentas diferentes e tendencialmente evolutivas, sempre assumiu um papel preponderante no desenrolar dos conflitos, exigindo uma intervenção ativa por parte dos comandantes.

O conceito de Comando Missão resulta da evolução do termo de comando e controlo



e remonta ao conceito alemão *Auftragstaktik*¹. O termo comando e controlo personifica o desenvolvimento de uma ação individual do Comandante – o comando – e o envolvimento de toda a força no desenrolar das operações, nomeadamente o Comandante e o seu EM – o controlo. Porém, e fruto da evolução do ambiente operacional, esta forma de conduzir as operações militares “não colocava o devido realce no aumento crescente da necessidade de um Comandante compreender um ambiente caracterizado por dificuldades e complexidades”. Surge então o conceito de Comando Missão que “sobreleva o primado da liderança nas operações terrestres e reconhece a contribuição crítica dos líderes aos diversos escalões” (EME, 2012, p. 2-25).

1.2. Conceito da Função de Combate Comando Missão

De acordo com o ADRP 6-0 a função de combate Comando Missão consiste num conjunto de tarefas e num sistema que apoia o Comandante no exercício da autoridade e direção na condução de operações militares. É através da função de combate Comando Missão que o Comandante vai encontrar o equilíbrio entre a arte do comando e a ciência do controlo, integrando as outras funções de combate de forma completa e coerente, procurando maximizar o potencial de combate no momento e local decisivos para o alcançar do estado final desejado (*Department of the Army*, 2012).

A função de combate Comando Missão constitui-se como meio aglutinador das outras funções de combate – Movimento e Manobra, Fogos, Informações, Apoio de Serviços e Proteção. De forma isolada o Comando Missão não assegura a conquista de um objetivo, não move uma força amiga, ou restaura um serviço essencial numa população, mas providencia um propósito e uma direção para as outras funções de combate (*Department of the Army*, 2012).

1.3. Tarefas da Função de Combate Comando Missão

As tarefas da função de combate Comando Missão, ilustradas na Figura 2, definem o papel a desempenhar pelo Comandante e seu EM na integração das restantes funções de combate. Verifica-se a existência de uma interação permanente e indissociável, cabendo ao Comandante liderar o EM na execução das suas tarefas. Por sua vez, o papel do EM é apoiar

¹Sendo a tradução mais aproximada “ordens tipo-missão”, pressupõe a conduta das operações através da execução descentralizada. Através das *Auftragstaktik* quer Oficiais quer Sargentos tinham liberdade para, ao seu nível, tomar as decisões que achassem mais convenientes ou necessárias, em prol do alcançar do estado final estabelecido pelo Comandante (*Department of the Army*, 2014, p. v).



o Comandante no cumprimento das suas tarefas primárias.

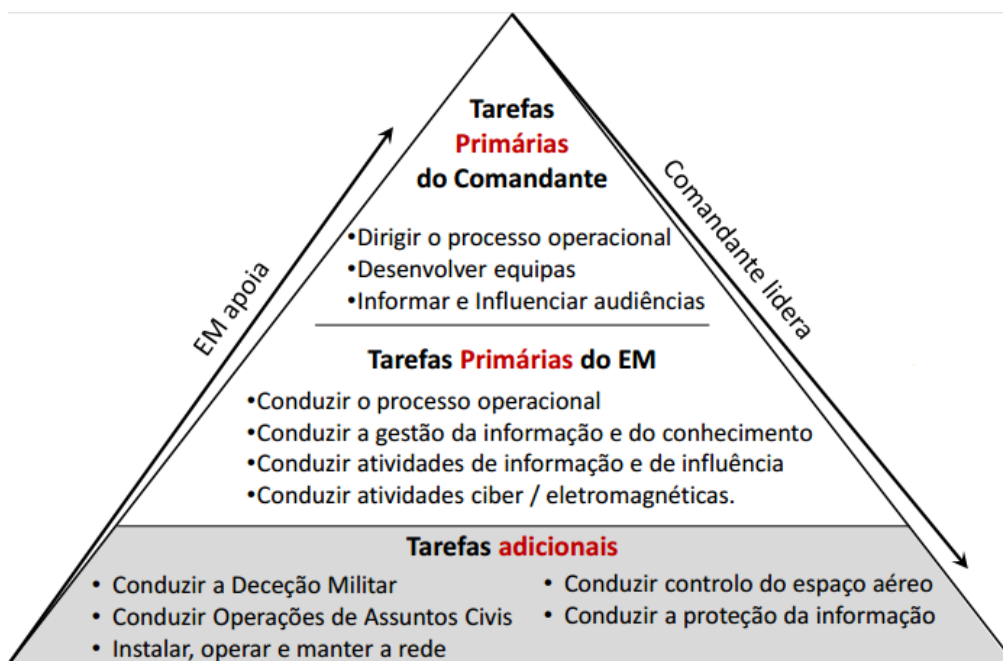


Figura 2 – Tarefas da função de combate Comando Missão

Fonte: (Department of the Army, 2014)

Como figura central do Comando Missão, o Comandante deve – durante o decorrer das operações – gerir o tempo disponível, dividindo-o para orientação dos seus subordinados durante o decorrer do processo operacional (Figura 3) e pela definição de uma finalidade, direção e motivação a serem tidas em conta por todos os seus subordinados.

Segundo o PDE 3-00, “o Comando Missão é o exercício da autoridade e direção do Comandante através de ordens para proporcionar a iniciativa, de acordo com a sua intenção para preparar líderes ágeis e adaptáveis na condução de operações em todo o espectro. O Comandante lidera e harmoniza a arte do comando e a ciência do controlo integrando as funções de combate para cumprir a missão (EME, 2012).

Para garantir o cumprimento da missão em todo o espectro das operações o Comandante dirige o processo operacional, desenvolve equipas configuradas em função das missões e tarefas a desempenhar e conduz as atividades de informação e influência (EME, 2012).

**Figura 3 – Processo Operacional**

Fonte: (EME, 2012)

“Os Comandantes compreendem o problema e visualizam o estado final desejado, a natureza e a conceção operacional da operação. Descrevem o tempo, espaço, recursos, finalidade e ação, dirigem as funções de combate e lideram e avaliam continuamente as operações.” (EME, 2012, p. 3-3). Com relevância para a investigação da direção do processo operacional, iremos considerar e analisar as seguintes tarefas:

1.3.1. Compreender

Conforme o PDE 3-00, “permite ao Comandante estabelecer o contexto da situação em que se vai desenrolar a operação através da análise do inimigo ou adversário e de outras variáveis, que fornecem a informação para desenvolver e enquadrar os problemas operacionais que se lhe deparam.” (EME, 2012, p. 3-4).

1.3.2. Visualizar

De acordo com o PDE 3-00 “é um processo mental que desenvolve a compreensão da situação, o estado final desejado e a sequência das ações pelas quais a força atinge o estado final.” Constitui assim “o ponto de partida para o desenvolvimento e entendimento da informação que este pretende transmitir na sua intenção e na diretiva de planeamento.” (EME, 2012, pp. 3-5).

1.3.3. Descrever

Segundo o PDE 3-00, ocorre após a visualização e materializa a transmissão por parte do Comandante “ao seu EM e comandantes subordinados, do resultado da sua análise, para



que estes partilhem o seu entendimento da situação tática (missão e intenção).” Para esse efeito “o Comandante descreve o resultado da sua visualização através de:

- Intenção inicial do Comandante;
- Diretiva de planeamento, incluindo um conceito de operação inicial;
- Informação necessária para o futuro planeamento (CCIR²);
- Elementos essenciais de informação das forças amigas a proteger (EEFI³).” (EME, 2012, pp. 3-5).

1.3.4. Dirigir

Como estabelecido no PDE 3-00, preconiza a direção por parte dos comandantes de “todos os aspetos das operações, assumindo a direção variadas formas durante o planeamento, preparação e execução das operações.” (EME, 2012, pp. 3-6). Para o presente trabalho iremos abordar a:

- Preparação e aprovação de planos e ordens;
- Atribuição e refinamento das missões, tarefas, composição e articulação de forças e medidas de controlo baseadas nas alterações da situação;
- Posicionamento de unidades com a intenção de maximizar o potencial de combate, antecipar ações, criar e preservar opções de manobra;
- Ajustamento das prioridades de apoio e atribuição de recursos de acordo com as ameaças e oportunidades;
- Aceitação de riscos que criem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa;
- Emprego das reservas (EME, 2012, p. 3-6).

1.4. Metodologia

A metodologia a adotar no presente trabalho será o método dedutivo, em que iremos basear o estudo em documentação e publicações existentes, e fontes primárias. A estratégia de investigação irá incidir na análise qualitativa histórica, e a recolha de dados será feita através de fontes documentais e fontes não documentais, através da observação não participante por entrevista, que será conduzida de forma semiestruturada.

²*Commander's Critical Intelligence Requirements.*

³*Essential Elements of Friendly Information.*



Com base nos conceitos doutrinários que definem o Comando Missão na atualidade, definiu-se a lente de observação, ou seja, construiu-se o modelo de análise (Anexo A) para atingir o propósito da investigação. Desta forma, para atingir o objetivo geral e objetivos específicos, definiram-se respetivamente a QC e as QD.

Para descrever a forma como o Comando Missão foi implementado, enquanto função de combate, no decorrer da campanha de Moçambique, iremos analisar as tarefas e sistemas e selecionar as julgadas mais relevantes do ponto de vista da ação de comando. Assim sendo, o modelo de análise utilizado integra, ainda, as dimensões (D) que se quer observar para cada objetivo específico e para confirmar e informar a presença dessas dimensões, geraram-se os respetivos indicadores (I) (Anexo B).

Uma vez selecionado o modelo de análise, de acordo com as dimensões e respetivos indicadores definidos (Anexo C), procedeu-se à consulta de fontes documentais e à análise de uma fonte não documental, procurando indícios que validassem cada um dos referidos indicadores. Ao constatar a sua presença valida-se que, pelo menos nas tarefas analisadas, o Comando Missão já era exercido na campanha de Moçambique, embora eventualmente organizado de forma diferente.

Os próximos capítulos estão organizados, nas suas secções e subsecções, pelos diferentes objetivos específicos, dimensões e indicadores, sendo o seu conteúdo um resumo dos diferentes indícios, encontrados na bibliografia analisada.



2. Compreender o problema

Neste capítulo iremos abordar a Compreensão do problema por parte do Comandante no TO de Moçambique. Procurando responder à QD n.º 1: “Qual era a compreensão que o Comando possuía do ambiente operacional e da ameaça no TO de Moçambique?”, é elaborada uma análise documental com vista a identificar os seguintes indicadores:

- Verificar a análise do ambiente operacional;
- Identificar a ameaça existente;
- Reconhecer o entendimento da situação pelo Comandante.

2.1. O Ambiente Operacional

Através da análise do Regulamento Campanha Informações (1966, p. 11) foi possível deduzir que o estudo do ambiente operacional era efetuado, “(...) se bem que nem todos os factores que caracterizam o ambiente operacional influenciem, necessariamente e de igual forma, todas as operações, estas são sempre afetadas pela missão, natureza do conflito, forças inimigas, características da área de operações e natureza e estrutura das forças amigas.”. Segundo o mesmo regulamento “nas primeiras fases da subversão têm especial importância os fatores de natureza política, económica, sociológica e psicológica.” (EME, 1966, p. 11).

Decorrente da investigação efetuada, nomeadamente foi possível identificar aquela que era a compreensão situacional de Moçambique à época, relativamente à influência dos grandes blocos mundiais como a China, a Rússia, a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América; às consequências da ausência de fronteiras terrestres naturais com a Tanzânia, Malawi e Zâmbia associada à distribuição da população e das suas etnias (ou tribos) Macondes, Nianjas, Ajauas, Acheuas; quais as organizações subversivas a operar na área de operações e países limítrofes; e todo o conjunto de acontecimentos que assinalam a evolução da subversão violenta em Moçambique (EME, 1969).

Na análise à Ordem de Operações N.º 2/70/COFI, mais concretamente do seu Anexo B (Informações), podemos observar o resultado da caracterização (atualização) do ambiente operacional, assim como indicações aos subordinados para pesquisa de informação para esclarecimentos mais aprofundados. Fica assim patente que “(...) o conhecimento do inimigo e da área de operações está na base de todas as concepções, decisões e planos militares.” (EME, 1966, p. 1).



2.2. A Ameaça

Foi em MUEDA, a 16 de junho de 1960, que se verificou uma repressão que provocou a morte de um grande número de Macondes após uma manifestação de vários agricultores com o objetivo de exigirem ao governador do distrito melhorias das suas condições de vida e uma provável criação de cooperativas. Depois deste massacre, em toda a região NORTE de Moçambique levantou-se um forte ódio contra os portugueses (Afonso, 2000).

Em Moçambique, a FRELIMO executou a primeira ação em setembro de 1964, com um ataque à localidade do CHAI, no distrito de CABO DELGADO, estendendo depois a sua ação ao NIASSA, a TETE e ao centro do território. Pela parte dos movimentos de libertação, a guerra justificava-se pelo alienável princípio da autodeterminação e independência, num quadro internacional de apoio e incentivo à sua luta (Afonso, 2000).

A fase armada da guerra em Moçambique pode ser dividida em três tempos: o primeiro, de 1964-1967, estende-se desde o início da luta até ao alargamento em três frentes (NIASSA, CABO DELGADO e TETE), com especial esforço no NIASSA que ficaria conhecido pelo “Estado de Minas Gerais”; o segundo de 1967-1970, envolvendo todo o PLANATO DOS MACONDES com centro em MUEDA; o terceiro, desde então até ao final com reabertura da frente de TETE e os complexos problemas de segurança para a construção da barragem de CAHORA BASSA, que para ambos os lados se tornou o objetivo decisivo (Afonso, 2000).

No Caderno Militar – 7⁴ podemos verificar a caracterização de uma luta no interior da província de Moçambique, levada a cabo por parte de elementos Macondes, Nianjas, Ajauas e Acheuas, apoiados por outros países vizinhos e pelos grandes bolcos como a Rússia e a China, com a finalidade de substituir as autoridades portuguesas por um governo da FRELIMO, ou, no mínimo, obrigar aquelas a efetuar grandes despesas e a sofrer baixas, que a longo prazo deem origem a convulsões na Metrópole e, indiretamente, à independência de Moçambique (EME, 1969, p. 3).

2.3. O Problema

Pouco tempo depois de assumir o cargo de Comandante-chefe do TO de Moçambique, e pouco antes de comandar a Operação NÓ GÓRDIO, o General Arriaga caracterizou o inimigo a enfrentar nesta operação do seguinte modo: “Toda a região onde vamos atuar é

⁴Os Cadernos Militares elaborados pela 2.^a Repartição do EME com classificação de Reservado e eram distribuídos aos militares destacados nas províncias ultramarinas, permitindo fazer o enquadramento geral e resumido e criar uma consciência geral sobre o teatro.



habitada por Macondes, tribo que se diferencia de todas as outras por características especiais. Os Macondes são avessos à convivência com outras tribos, têm um espírito independente que os leva a furtar-se a qualquer autoridade, mesmo tribal. São guerreiros mas estão cansados da guerra. São cristãos fervorosos, mas estão a ser dominados por chefes que, sendo comunistas, são anti-cristãos. Têm fortes laços familiares, mas os chefes combatentes desagregaram a família, levando mulheres e filhos e obrigando os homens a seguirem para campos de treino. São agarrados à sua terra, mas há Macondes que morrem em Tete a combater pela Frelimo.” (Arriaga cit. por Gomes, 2002, pp. 34).

Esta declaração é claramente demonstrativa da forma como o General Arriaga entendeu o problema a resolver no TO de Moçambique. Anos mais tarde o livro *África a Vitória Traída* veio sintetizar a situação subversiva e contra subversiva vivida neste TO da forma como a seguir se apresenta, reforçando o entendimento anteriormente exposto (Cunha, Arriaga, Rodrigues e Marques, 1977):

Tabela 1 – Situação subversiva e contra subversiva

Região / Setor	Descrição da Situação
Niassa Norte	A subversão tinha sido praticamente derrotada pelos seus antecessores. A população estava na sua grande maioria aldeada, havendo apenas alguns focos subversivos nas altas montanhas e muito a norte.
Niassa Sul	Não existia praticamente subversão e a população estava em condições ótimas para o estabelecimento de um sistema de autodefesa.
Lago Niassa	Estava inteiramente controlado pela Armada Portuguesa em cooperação com as Forças Lacustres malawianas.
Cabo Delgado	O Inimigo mostrava-se em plena força, bem enraizado no terreno, considerando as suas bases inexpugnáveis, com grande domínio sobre as comunicações terrestres, e acabava de lançar a sua grande ofensiva que tinha por objetivo o isolamento das nossas forças, através de um lançamento maciço de minas e uma profunda progressão para sul. Contudo, a autoridade portuguesa local havia procedido à construção de uma faixa de aldeamentos a sul do rio Messalo.
Tete	Verificava-se uma subversão insipiente.

Fonte: (Arriaga, 1977)

Em resposta à QD n.º 1 podemos deduzir que a definição do ambiente operacional, bem como a sua atualização, eram uma preocupação dos comandantes e do seu EM. Foi possível concluir que a ameaça em Moçambique consistia em ações subversivas levadas a cabo pela FRELIMO contra a governação Portuguesa, na luta violenta pela legitimidade e



influência da população em Moçambique. Com base nos dados analisados, podemos responder à QD1, afirmando que o Comando estabeleceu o contexto da situação através da análise do inimigo e da área de operações permitindo-lhe obter o entendimento do ambiente operacional e da ameaça e identificar o problema operacional que se lhe deparava.



3. Visualizar o Estado Final, a Natureza e a Conceção Operacional

Neste capítulo iremos abordar a forma como foi visualizada a possível solução para o problema vivido no TO de Moçambique, na perspetiva de um dos seus comandantes-chefes, o General Arriaga (abril de 1970 a Julho de 1973)⁵, caracterizando o seu entendimento acerca da natureza e conceção operacional e visualização da solução do problema, considerando os dois principais eventos já referidos anteriormente, procurando responder à QD n.º 2: “Como foi visualizado o estado final, a natureza e a conceção operacional tendo em vista a resolução do problema vivido no TO de Moçambique?”. Para tal é elaborada uma análise documental com vista a identificar os seguintes indicadores:

- Identificar referências ao Estado Final das operações em Moçambique;
- Identificar referências à natureza das operações e verificar a presença de indicadores para a conceção operacional.

3.1. Carta de Comando e o Estado-Final das Operações

A cada Comandante-chefe, nomeado para um determinado TO, era atribuída uma Carta de Comando, documento este que conferia a autoridade para exercer a sua ação de comando, e, onde estavam definidos: a sua dependência, competência operacional, competência disciplinar, substituição de funções quando se ausentasse do TO e as condições a observar no final das operações (ADN, 1970).

Na Carta de Comando de abril de 1970, atribuída ao General Arriaga, ficamos a saber, que: o Comandante-chefe dependia do Ministro da Defesa Nacional, por intermédio do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; que era o responsável pela defesa do território, das águas territoriais e do espaço aéreo, que constituíam o TO de Moçambique; que exercia o comando operacional sobre todas as forças militares nele estabelecidas e sobre as militarizadas que sejam postas à sua disposição pelo Governo da Província (ADN, 1970).

No quinto ponto da referida Carta de Comando é mencionado que “Salvo ordem expressa do Governo da Nação, as operações que houver de executar serão conduzidas até ao completo restabelecimento da ordem, da segurança e, sendo caso disso da plena soberania em todo o território da Província, se necessário, até ao esgotamento dos meios de combate” (AHM, 1970^a). Podemos avocar que este último ponto materializava a visualização do

⁵O General Arriaga, quando foi nomeado Comandante-chefe do TO de Moçambique, em abril de 1970, desde julho de 1969 que desempenhava as funções de Comandante da Região Militar de Moçambique.



Estado-final das operações em Moçambique e o compromisso do Comandante-chefe das FA de Moçambique com o poder político em resolver o problema da subversão na província. É também correto afirmar que todas as ações e operações a cargo das FA portuguesas no teatro de Moçambique deveriam convergir ou contribuir para os seguintes dois pontos:

- O completo restabelecimento da ordem e segurança em todo o território;
- O estabelecimento da soberania portuguesa na província de Moçambique.

3.2. A Natureza da Luta

O General Arriaga considera a guerra ofensiva como a agressão violenta, carregada de ilegitimidade, que toma a iniciativa da destruição, distinguindo-a da guerra defensiva, do enfrentar da agressão, que só destrói para evitar a destruição (Arriaga, 1977). Por classificar as ações da FRELIMO criminosas e carregadas de ilegitimidade, vê na guerra defensiva uma forma de tornar a causa portuguesa em Moçambique legítima, moral e justa. Em antagonismo à destruição que caracteriza a guerra, Arriaga refere que “a luta em Moçambique foi eminentemente construtiva e apontada ao futuro, teve um caráter defensivo e foi conduzida da forma mais humana”⁶ (Arriaga, 1977).

3.3. A Conceção Operacional

Da análise da situação do inimigo e da sua compreensão, Arriaga considera que a estratégia da FRELIMO, nessa época, tinha as seguintes finalidades principais: formar ou consolidar um “exército de libertação” com base na etnia maconde; atingir com tal “exército” o coração de Moçambique (região limitada pelo rio Zambeze, rio Luenha, fronteira com a Rodésia, estrada Vila Pery – Beira, e litoral entre a Beira e a foz do rio Zambeze), separando Moçambique em três partes (Tete, o norte e o sul) e afetando as ligações Beira – Rodésia; manter uma ação reduzida no Niassa e exercer o seu grande esforço em Cabo Delgado; (Arriaga, 1977).

No início da sua ação como Comandante-chefe das FA de Moçambique, para fazer face aquele que era o seu entendimento do problema, Arriaga apresentou a sua solução que assentava em oito pontos (Tabela 2). Nesta solução os primeiros quatro pontos consistiam em medidas no âmbito da ação psicológica, destinadas à conquista e controlo das populações e os quatro últimos, em ações militares típicas da contra-guerrilha (Afonso, 2000, p. 451).

⁶Referência à construção da Barragem de CAHORA BASSA e à implementação da política de aldeamentos.



Tabela 2 – A solução do General Arriaga

Medida	Descrição
1	Comunicação da verdade às populações, convencendo inteligências e conquistando corações (operações psicológicas);
2	Promoção das populações através da intensificação da política de paridade, harmonia e dignificação étnicas;
3	Promoção as populações através do progresso económico, social e político;
4	Promoção das populações através do aldeamento voluntário dos grupos étnicos dispersos e nómadas;
5	Garantia do controlo geral do território e das águas territoriais através da ação de quadrícula;
6	Realização da segurança específica prioritária de alvos de grande importância igualmente através de forças de quadrícula;
7	Eliminação prioritária de eventuais bases e áreas libertadas;
8	Pesquisa, captura e destruição sistemática do inimigo através de operações de intervenção.

Fonte: (Afonso, 2000, p. 451)

Relativamente à Conceção Operacional, se considerarmos a Operação NÓ GÓRDIO, e como seu complemento, a Operação FRONTEIRA, estas operações representam o conceito de manobra do General Arriaga no seu estado puro (Afonso, 2000, p. 455). Podemos então afirmar que no plano militar, Arriaga visualizou a sua ação, tendo-a orientado por quatro vetores principais contra a FRELIMO.

3.3.1. Primeiro Vektor – a Operação NÓ GÓRDIO

O General Arriaga decide lançar a Operação NÓ GÓRDIO, atribuindo a execução ao Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) (Afonso, 2000, p. 465).

A Operação NÓ GÓRDIO foi concebida como operação de manobra convencional através de um ataque em força com a finalidade de eliminar da zona as unidades de guerrilha ainda ativas. Em coordenação com as ações militares, foram realizadas operações psicológicas com a finalidade de separar as populações dos guerrilheiros, levando-os a vacilar entre a continuação da resistência e a entrega às nossas tropas (NT) (Afonso, 2000, p. 467).

3.3.2. Segundo Vektor – Operação Fronteira

Com centro de gravidade em NANGADE, esta operação visava interditar a fronteira norte de Moçambique e conter o avanço da FRELIMO em Cabo Delgado, ao longo da linha



NANGADE–OMAR–PALMA. (Afonso, 2000, p. 454). Procurar o isolamento do planalto dos Macondes, foi uma operação, particularmente difícil de executar, não tendo sido o sistema de interdição levado à prática por manifesta incapacidade de dotação dos meios financeiros, humanos e materiais necessários para manter o controlo em toda a extensão da fronteira norte de Moçambique.

3.3.3. Terceiro Vetor – A política do aldeamento

O General Arriaga refere no livro *África a Vitória Traída* que os aldeamentos constituíam a base da promoção do povo moçambicano e desempenhavam um papel fundamental na contra-subversão. Um papel indireto dificultando o aliciamento subversivo, consequência do contraste das condições oferecidas pelos portugueses às oferecidas pela FRELIMO. Um papel direto ao dificultarem o trabalho dos agentes subversivos através da autodefesa das populações limitando o terrorismo seletivo ou generalizado da FRELIMO que procurava obter coercivamente o apoio das populações (Arriaga, 1977).

3.3.4. Quarto Vetor – A segurança a CAHORA BASSA

A construção da barragem acarretou elevado risco associado à sua implementação em pleno conflito e considerada por muitos uma “distração” daquilo que era considerado essencial, mobilizando um grande número de efetivos na sua defesa e na segurança ao transporte dos materiais de construção desde o porto da Beira até ao local de construção numa extensão de 600 km (Afonso, 2000, p. 474).

A decisão da construção da barragem de CAHORA BASSA e a desarticulação do Inimigo em CABO DELGADO, resultado da Operação NÓ GÓRDIO e FRONTEIRA levou a Organização da Unidade Africana a definir uma nova estratégia para a atuação da FRELIMO em Moçambique que consistia em continuar uma ação reduzida no NIASSA, manter o esforço possível em CABO DELGADO para fixar forças portuguesas e exercer o esforço principal em TETE para dificultar a construção da barragem de CAHORA BASSA e atingir o coração de MOÇAMBIQUE (Arriaga, 1977).

A partir de 1971, a construção da barragem obriga à alteração do dispositivo militar. Foram criados o Comando Operacional da Defesa de CAHORA BASSA (CODCB), com o objetivo de garantir a segurança durante a construção da barragem, das linhas de transporte de energia elétrica no seu setor de responsabilidade e no eixo de reabastecimento terrestre, a estrada TETE – SONGO, e o Comando das Cargas Críticas, destinado a garantir a segurança



dos materiais e equipamentos destinados a CAHORA BASSA, que pela sua natureza, sensibilidade e alto custo podiam, em caso de serem danificados por ação do In, causar comprometimento nos prazos de conclusão da barragem ou onerarem significativamente o seu custo (Afonso, 2000, p. 477).

Em síntese, podemos concluir que os principais elementos da visualização estavam presentes na ação do comandante de forma espontânea. Em resposta à QD n.º 2 podemos afirmar que o Comandante dedicou o seu tempo de reflexão e análise em conjunto com o seu EM, apresentando objetivos concretos e bem definidos para a resolução e dimensão do problema, materializando-os em linhas de atuação.

Podemos afirmar que a referência ao estado final desejado vem patente no quinto ponto da Carta de Comando atribuída ao Comandante-chefe sob forma de condições a verificar para a cessação das operações no TO. Essas condições eram o completo restabelecimento da ordem, da segurança e, sendo caso disso, da plena soberania em todo o território da Província, se necessário até ao esgotamento dos meios de combate.

Relativamente à sua Conceção Operacional, podemos afirmar que no plano militar, Arriaga visualizou a sua ação, tendo-a orientado por quatro vetores principais contra a FRELIMO: atacar o coração do Inimigo, cortar as linhas de reabastecimento, isolar a população através de uma política de aldeamentos estratégicos e garantir a construção da Barragem de CAHORA BASSA.



4. Descrição das Operações

O presente capítulo tem por finalidade responder à QD n.º 3 “De que forma foi operacionalizada a resolução do problema identificado no TO de Moçambique?”. Para tal é elaborada uma análise documental com vista a identificar os seguintes indicadores que permitam caracterizar a forma como os comandantes das operações em análise tentaram transmitir ao seu EM e comandantes subordinados o resultado da sua análise de situação, para que estes a compreendessem e a tivessem em consideração aquando do seu planeamento:

- Intenção do Comandante;
- Conceito da Operação;
- Necessidades de Informação para o Planeamento e Planeamento do EM em concordância com indicações do Comandante.

4.1. Operação NÓ GÓRDIO

A Operação NÓ GÓRDIO foi, na opinião de vários autores, uma das maiores, se não a maior, e mais importante operação militar desenvolvida pelas FA portuguesas no decorrer da guerra contra os movimentos de libertação das províncias ultramarinas. Também na opinião do General Comandante das Forças, o General Arriaga, a operação revestia-se de uma importância vital (AHM, 1972).

A 31 de maio de 1970 o COFI emitiu o “PLANO DE ACTIVIDADE OPERACIONAL DO COFI DURANTE O MÊS DE JULHO NO DISTRITO DE CABO DELGADO” onde determinava que a sua atividade operacional para o referido mês seria totalmente preenchida com a execução das operações de redução do Núcleo Central Inimigo, em Cabo Delgado e com a execução de operações dos G’ES⁷ não empenhados na região, o que é demonstrativo da importância atribuída a esta operação.

No anexo A do referido plano foi definido o Conceito da Operação. Em nenhum documento relativo à operação aparece escrita a Intenção do Comandante mas da análise do Conceito da Operação pode deduzir-se que a finalidade da operação consistia em eliminar os complexos militares e político-administrativos inimigos existentes no Núcleo Central garantindo a sua posse em permanência e recuperar as populações sob controlo do inimigo. As Tarefas Chave da operação seriam: reduzir o perímetro e isolar a área do Núcleo Central, criar condições para aproximação aos objetivos, eliminar as organizações militares e

⁷Grupos Especiais.



político-administrativa existentes na área e executar operações psicológicas. O estado final desejado seria a rendição ou destruição das forças inimigas existentes na região, a posse da área por partes das forças portuguesas impedindo que viesse a ser ocupada por força inimigas e a recuperação da população sob controlo do inimigo (AHM, 1970^a).

Como consequência do plano referido é emitida, a 15 de junho de 1970, a Ordem de Operações N.º 2/70/COFI com a atribuição da seguinte missão: “O COFI planeia e executa o cerco e ataque ao Núcleo Central Inimigo, prevê a exploração do sucesso fora da ZA atribuída, em coordenação com o Com Sec B, nomeadamente sobre as regiões da Ba “BEIRA”, LN ’GURI e Ba “LÚRIO” e continua a garantir a segurança próxima e imediata de MUEDA e do seu aeródromo.” (AHM, 1970^a).

Na mesma Ordem de Operações são identificados como Elementos Essenciais de Informação, os CCIR do Comandante:

- “Qual a atitude do inimigo perante as NT? Reforça as suas organizações? Com que meios? Reage à penetração das NT ou furta-se ao contacto?
- Quais as características do terreno nas direcções de ataque das NT? Existem obstáculos que impeçam ou dificultem a abertura das picadas tácticas?
- Utiliza o In armamento não anteriormente referenciado que lhe confira maiores possibilidades? De que tipo e quantidades?
- Existem na área, além das já conhecidas, outras organizações militares ou político-administrativas? Qual o seu potencial e localização?” (AHM, 1970^a, p. 13).

Parte-se do princípio que a informação apresentada, deduzida da análise dos documentos enunciados, foi de facto a informação que o Comandante da Força forneceu ao seu EM para planeamento.

4.2. A segurança da barragem de CAHORA BASSA

Segundo a mensagem do Comando Chefe de Moçambique (CCM) datada de 13 de outubro de 1969, assinada pelo General Augusto dos Santos, Comandante-chefe, e com classificação de segurança Secreto, teve lugar a 6 de outubro de 1969, 17 dias após assinatura do contrato para construção da barragem de CAHORA BASSA, uma reunião com vista à discussão do Plano de Defesa de CAHORA BASSA. Da reunião ficou acordado que a proteção imediata ficaria a cargo das forças paramilitares, e que a proteção próxima e afastada seria da responsabilidade das FA.



Segundo o Tenente-General Cabral Couto⁸ o General Arriaga “foi o grande responsável pela segurança do empreendimento, a qual foi garantida sem que a obra sofresse qualquer atraso imputável a acção do adversário” (Couto, 2012, p. 660).

Embora no seu livro *A Luta em Moçambique* o General Arriaga tenha considerado a construção da barragem de CAHORA BASSA um erro, por ter sido “decidida e iniciada levianamente, sem que tivesse sido feita qualquer avaliação da sua projecção nos domínios político e estratégico” (Arriaga, s.d., p. 42), a sua visão relativamente à barragem era a de que esta tinha “um significado mítico: o que era preciso era controlar a situação até ao começo do enchimento daquela... E daí a atenção prestada, com a adequada antecipação, à questão da vigilância e controlo da futura albufeira.” (Couto, 2012, p. 657).

O General Arriaga e o seu EM tinham perfeita noção que “...se devidamente vigiada e desde que as áreas marginais, a norte, fossem devidamente patrulhadas, inclusive por meios aéreos, por forma a serem detetadas e neutralizadas quaisquer embarcações suspeitas... a albufeira seria um obstáculo intransponível, o que permitiria “secar”, por falta de correntes de abastecimentos, quaisquer infiltrações que, em toda aquela vasta região, se tivessem verificado para sul do Zambeze.” (Couto, 2012, p. 656).

Era convicção do General Arriaga que para o CODCB, a construir em CHICOA e que ficaria na sua dependência, deveriam ser construídas instalações com uma perspectiva de médio longo prazo uma vez que “...a albufeira seria, não apenas um obstáculo, para o adversário, mas também uma enorme autoestrada, que permitiria movimentações rápidas e seguras em benefício das nossas forças e autoridades, o que poderia vir a aconselhar alterações no sistema de apoio logístico das forças, a norte e sul da albufeira; e que o que urgia definir era a tipologia e o volume dos meios necessários à vigilância e controlo da albufeira...” (Couto, 2012, p. 658).

Com base nas ordens do Comandante-chefe foram elaborados uma série de planos de defesa da barragem de CAHORA BASSA, faltando, porém, definir a segurança do transporte das cargas críticas e a segurança da linha de transporte de energia. Para a primeira foi determinada a criação de um Comando, na dependência direta do Comando-Chefe, com a missão exclusiva de planear a segurança do transporte de tais cargas e a colocação de uma Companhia de Engenharia estacionada em Vila Gouveia, para eventual intervenção em operações de conservação do itinerário ou de remoção de obstáculos. Para a segunda o

⁸Foi durante alguns meses Adjunto das Operações e mais tarde Chefe da 3ª Repartição (Organização, Operações e Instrução) do Quartel General (QG) do Comandante-chefe de Moçambique.



General Arriaga encarregou o chefe da sua 3^a Repartição, Major Couto, que desenvolveu um plano bastante ambicioso que não viria a passar de um “...interessante exercício intelectual, de uma ideia-projecto do conhecimento apenas do General K. de Arriaga, de mim, do TCor Vaz Pinto e, provavelmente, do Cor Carreiras...” (Couto, 2012, p. 655-656).

Existem relatos de algumas operações desenvolvidas no âmbito do gigantesco dispositivo montado para garantir segurança à construção da barragem. Contudo estas não passaram de operações de rotina, demonstrando a eficácia do sistema de segurança elaborado e montado pelo General Arriaga e pelo seu EM, já que nunca se registou nenhum ataque inimigo que tivesse colocado em causa a continuidade dos trabalhos de construção da barragem.

Tendo em conta a análise efetuada, podemos afirmar que o presente Capítulo permitiu responder à QD n.º 3 permitindo atingir o Objetivo Específico n.º 3 “Descrever as operações”. Embora as duas operações estudadas apresentassem características muito diferentes – por um lado a Operação NÓ GÓRDIO foi uma das maiores operações conduzidas em Moçambique, enquanto que a segurança da barragem de CAHORA BASSA quase não passou de um grande processo de planeamento – em ambas foi possível identificar o contributo do General Arriaga para o Planeamento do seu EM e a procura do EM em planear de acordo com a intenção do Comandante.

Na Operação NÓ GÓRDIO foi possível efetuar uma clara caracterização dos indicadores intenção do comandante, conceito da operação, necessidades de informação para o planeamento do EM em concordância com indicações do Comandante, uma vez que esta informação constava da Ordem de Operações da operação. Relativamente à operação de segurança da barragem de CAHORA BASSA e devido à falta de documentos formais relativamente à condução desta operação, foi possível inferir do artigo do General Cabral Couto informação relativamente aos indicadores Intenção do Comandante, Conceito de Operação e Planeamento do EM em concordância com indicações do Comandante.



5. Dirigir o Processo Operacional

Este capítulo tem por finalidade responder à QD n.º 4: "Como é que foram dirigidas as operações no TO de Moçambique, para fazer face ao problema identificado, no âmbito da função de combate Comando Missão?" Para tal é elaborada uma análise documental, que permite caracterizar a forma como os comandantes das operações em análise dirigiam os seus subordinados, com vista a identificar os seguintes indicadores:

- Preparação e aprovação de planos e ordens;
- Ordens tipo-missão;
- Posicionamento de unidades com a intenção de maximizar o potencial de combate, antecipar ações, criar e preservar opções de manobra;
- Aceitação de riscos que criem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa;
- Ajustamento das prioridades de apoio e atribuição de recursos de acordo com as ameaças;
- Emprego das reservas.

5.1. A Direção da Operação NÓ GÓRDIO

A preparação e o planeamento da Operação iniciaram-se nos finais de 1969, aquando a criação do COFI, que se destinava a realizar operações terrestres com apoio aéreo através do emprego conjunto de meios no cumprimento de missões de maior envergadura, em situações de emergência ou em operações especiais. Tinham como finalidade de "reduzir o perímetro e isolar a área do Núcleo Central pela montagem de um cerco descontínuo ao longo da circular MUEDA–SAGAL–NACATUR–RMUERA–MACOTELA–CAPOCA–MITEDA–MUEDA." (AHM, 1970^a, p. 3).

Em Maio e Junho de 1970 realizou-se um conjunto de operações, emboscadas montadas por grupos de combate das companhias de caçadores e por patrulhamentos descontínuos feitos pelos esquadrões de reconhecimento, que tiveram como finalidade obter a liberdade de movimentos das forças portuguesas nos itinerários em MUEDA que eram essenciais para o apoio Logístico e para o deslocamento das Unidades. Nesta operação inicial o comandante posicionou as unidades com intensão de maximizar o potencial de combate.

A manobra preparatória de abertura de picadas táticas para a montagem do cerco esteve a cargo das companhias de engenharia que foram dotadas de material pesado para a execução desta tarefa. A segurança das frentes de trabalho era feita por unidades de



caçadores, mas o volume de homens e de máquinas tornaram estes grupos muito vulneráveis a ataques. Além do perigo de ataques, os homens que participaram nestas frentes de trabalho estiveram expostos a duríssimas condições de ambientais provocadas pelo calor e pela falta de água, além de ataques de abelhas, alguns com consequências graves, como assinala o Relatório de Ação N.º 01/72-Operação: "NÓ GÓRDIO" (AHM, 1972).

Analisando a missão atribuída a uma subunidade, do Agrupamento IB, do parágrafo 3. b. MISSÕES PARA O CERCO E 1ª FASE da Ordem de Operações N.º 2/70/COFI – "Fornece proteção aos trabalhos de abertura de picada tática que do sul conduz ao objetivo B (Ba MOÇAMBIQUE), bem como a Artilharia que se desloca na referida picada, e garante liberdade de movimentos na mesma; A partir do sul ataca o objetivo B, conjugando o ataque com montagem de emboscadas a Leste do objetivo a fim de impedir a fuga de elementos In naquela direção, tendo em especial atenção à região de CATANGOLAMEDE." – podemos afirmar que as missões atribuídas às subunidades eram ordens tipo-missão, pois era atribuída a tarefa (a partir do sul ataca o objetivo B, conjugando o ataque com montagem de emboscadas a Leste do objetivo) e não o como esta deveria ser realizada, deixando liberdade de ação para os seus comandantes subordinados. Nesta missão atribuída podemos também verificar a finalidade desta (a fim de impedir a fuga de elementos inimigos naquela direção), que enfatiza os resultados a alcançar (AHM, 1970^a).

"(...) cada Bateria articulava-se em dois pelotões, dispondo de um total de 16 BF que receberam as seguintes missões: A 1ª BAC/Ev, apoio direto (A/D) ao Agrupamento IA na fase de ataque ao objetivo G, apoio direto ao Agrupamento 1PEA e reforço de fogos à 3ª BAC após o ataque ao objetivo G. (...)" (Gomes, 2002, p. 67). Tomando como exemplo este conceito de apoio de fogos podemos afirmar que eram atribuídas prioridades às Unidades apoiadas de acordo com as tarefas a desempenhar. A 1ª BAC/Ev tinha como missão apoiar a conquista do objetivo G, ao mesmo tempo que previa a alteração de prioridades para a conquista dos outros dois objetivos.

"Após os assaltos aos objetivos foram realizadas ações de permanência, sendo organizadas bases temporárias (...)" (Gomes, 2002, p. 67). Para estas ações de permanência o COFI emanou a Ordem de Operações N.º 3/70/COFI em que atribui a seguinte tarefa: "em D+14, com forças pára da Reserva Sul (NANGOLOLO) executa um golpe de mão, por heli-assalto ao círculo NARINO." (AHM, 1970^b), o que materializa a direção das operações por parte do Comandante, nomeadamente o emprego da reserva nas ações de consolidação dos objetivos alcançados pela operação precedente.



5.2. A Direção na segurança da barragem de CAHORA BASSA

"(...) Naturalmente, muitas das decisões parcelares concretizaram-se em “despachos” do Comandante-chefe ou originaram “informações” das várias Repartições do QG, que podem (deveriam) existir nos Arquivos Militares (...)" (Couto, 2012). Após pesquisa no Arquivo Histórico Militar (AHM) não foram encontrados quaisquer documentos que permitissem analisar como é que foram dirigidas as operações na construção da barragem de CAHORA BASSA. Posto isto, nesta operação, iremos testar os indicadores da QD n.º 4 tendo por base a entrevista do Major-General Pereira Coutinho (Anexo E).

Como já referido no capítulo anterior o General Arriaga entendia que a segurança da construção da barragem de CAHORA BASSA deveria ser da responsabilidade de um comando específico, na dependência direta do comando-chefe, e para tal foi criado o CODCB, que ficaria localizado em CHICOA, estando orientado especificamente para a segurança próxima de CAHORA BASSA e do seu eixo de reabastecimento terrestre – a estrada TETE – SONGO. O seu efetivo era constituído por “Um Comando de Agrupamento reduzido, (...) quatro Grupos de Milícias e o Destacamento Policial do Songo” (Coutinho, 2016). Cada unidade tinha muito bem definido o seu setor e as suas tarefas, e contando com a limitação de pessoal e algumas Unidades com “deficiente grau de instrução” (Coutinho, 2016), estas foram colocadas com a intensão de maximizar o seu potencial de Combate.

“O General Káulza de Arriaga nas missões atribuídas aos seus Comandantes subordinados só indicava a tarefa e finalidade. Deixava o “Como” à liberdade dos comandantes subordinados. O que era indispensável era cumprir com êxito a missão.” (Coutinho, 2016), o que materializa a verdadeira aceção da função de combate Comando Missão. Por outro lado, “a nível do QG/CC, (...). Todos os meses havia uma reunião com os comandantes de Setor e dos Comandos Operacionais onde o General Comandante-chefe transmitia a sua intenção aos seus Comandantes subordinados.” (Coutinho, 2016), o que permitia um controlo próximo por parte do Comandante e a ajustamentos consoante o desenrolar da situação.

No que toca às prioridades de apoio, e tomando como exemplo de análise o apoio de fogos, mais em concreto a missão atribuída à Bateria de Artilharia 3 do Grupo de Artilharia de Campanha 6 (SONGO): “executava fogos de flagelação de acordo com um plano de fogos e um horário pré-estabelecidos” (Coutinho, 2016), podemos deduzir que existia um plano



para cada apoio e que nestes as prioridades estavam bem definidas, e ajustadas de acordo com a ameaça.

Em forma de síntese, e decorrendo da análise conduzida, podemos afirmar que foi possível responder à QD n.º 4. Em ambas as operações o EM preparava os planos e ordens tendo por base a intenção do Comandante, que era transmitida verbalmente ao seu EM e comandantes subordinados. É de realçar que devido à importância destas duas operações foi criado um comando a nível operacional, que dependia diretamente do Comandante-chefe para a execução das mesmas; os comandantes posicionavam unidades com a intenção de maximizar o potencial de combate, de forma a antecipar ações, criar e preservar as opções de manobra; recorriam a ordens tipo-missão para com os seus subordinados, e ajustavam as prioridades de apoio de acordo com a ameaça.

Na Operação NÓ GÓRDIO, que foi uma operação de cerco e assalto, foi possível ainda demonstrar que os comandantes aceitavam riscos que criavam oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa na abertura de picadas táticas, bem como se verificou a necessidade de empregar a reserva nas ações de permanência.



Conclusões

A função de combate Comando Missão consiste num conjunto de tarefas e sistemas que apoiam o Comandante durante o seu exercício do comando e controlo, a forma a que possa enquadrar a realidade do ambiente operacional antes e durante a condução das operações. Este aspeto enfatiza o papel central do Comandante, enquanto elemento equilibrador do comando e controlo, para compreender, visualizar, descrever, dirigir.

Na elaboração do presente trabalho foram levantadas algumas delimitações sustentadas pela complexidade da informação disponível, o distanciamento entre o acontecimento e os discentes, bem como o acesso a fontes primárias e secundárias. De forma a aprofundar o conhecimento da Campanha Militar no TO de Moçambique, nomeadamente no que à função de combate Comando Missão diz respeito, recomenda-se o estudo da “Avaliação” e “Liderança” na condução do processo operacional por parte do Comandante e seu EM, de forma a complementar a temática abordada.

A investigação efetuada permitiu identificar, na sua maioria, uma grande similitude entre a contemporânea função de combate Comando Missão, mais precisamente no âmbito da condução do processo operacional por parte do Comandante, com as ferramentas e mecanismos utilizados pelos Comandantes no TO de Moçambique (1964-75), nomeadamente na ação do General Arriaga durante a Operação NÓ GÓRDIO e na segurança à barragem de CAHORA BASSA.

Podemos então concluir que, no âmbito da “Compreensão” do problema por parte do Comandante, e em resposta à QD n.º 1 “Qual era a compreensão que o Comando possuía do ambiente operacional e da ameaça no TO de Moçambique?”, foi possível deduzir que o comando estabelecia o contexto da situação através da análise do inimigo e da área de operações, permitindo-lhe obter o entendimento do ambiente operacional e da ameaça e identificar o problema operacional que se lhe deparava.

No que diz respeito à QD n.º 2 “Como foi visualizado o estado final, a natureza e a conceção operacional tendo em vista a resolução do problema no TO de Moçambique?”, podemos concluir que os principais elementos da “Visualização” estavam presentes na ação do Comandante de forma espontânea. Foi possível deduzir que o Comandante e seu EM dedicaram o seu tempo de reflexão e análise em conjunto com o seu EM, apresentando objetivos concretos e bem definidos para a resolução e dimensão do problema, materializando-os em linhas de atuação, identificação precisa do estado-final desejado, bem como a conceção operacional.



No terceiro capítulo foi abordada a “Descrição” das operações com vista a responder à QD n.º 3 “De que forma foi operacionalizada a resolução do problema identificado no TO de Moçambique?”. Da análise efetuada pode concluir-se que em ambas as operações estudadas, embora muito distintas, se verificava a transmissão do resultado da análise do Comandante ao EM. A transmissão da sua intenção, conceito da operação e necessidades de informação materializavam as linhas orientadoras para que todo o trabalho de planeamento do EM.

No que concerne à Direção das operações procurou-se responder à QD n.º 4: “Como é que foram dirigidas as operações no TO de Moçambique, para fazer face ao problema identificado, no âmbito da função de combate Comando Missão?”, tendo-se verificado que os comandantes dirigiam as operações com base nos elementos fundamentais que o definem. Dos indicadores levantados só não foi possível demonstrar o emprego da reserva e a aceitação de riscos que criem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa segurança à barragem de CAHORA BASSA muito devido a falta de documentação existente no Arquivo Histórico Militar.

Podemos então concluir que foi possível responder à QC “Como foi empregue, à luz do conceito atual de Comando Missão, o comando e controlo durante a campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964-75?”. Durante a investigação levada a cabo foi possível identificar e deduzir pontos comuns entre o comando e controlo da época e a função de combate Comando Missão, e a forma como se constituiu um meio aglutinador das outras funções de combate, tendo como figura central o Comandante e como apoio o seu EM.



Bibliografia

- Afonso, A., Gomes, C.M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Arriaga, K., s.d. *A Luta Em Moçambique – 1970/1973*. s.l.: Intervenção.
- Bacelar, Sérgio, 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Cunha, J., Arriaga, K., Rodrigues B., Marques S., 1977. *África a Vitória Traída*: Lisboa: Editorial Intervenção.
- Department of the Army, 2012. *ADRP 6-0 – Mission Command*. Washington DC: Headquarters Department of the Army.
- Department of the Army, 2014. *FM 6-0 – Commander And Staff Organization And Operations*. Washington DC: Headquarters Department of the Army.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): 4º Volume – Dispositivo das nossas forças Moçambique*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: 2.^a Repartição, 1969. *Caderno Militar – 7, O Caso de Moçambique*. Lisboa: SPME.
- Exército Português, 1966. *Regulamento de Campanha Informações: Volume I*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército 3-00: Operações*. Lisboa: s.n.
- Gomes, C. M., 2002. *Moçambique 1970 – Operação NÓ GÓRDIO*. Lisboa: Tribuna.
- Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2001. *Testemunhos de Guerra – Angola, Guiné Moçambique 1961-1974*. Porto: s.n.
- Martelo, D., 2001. *1974 Cessar Fogo em África*. s.l.: Europa-América LDA.
- Murupa, M. A., 1973. *Perspectivas da África Portuguesa: A Contrução de uma Nação Multirracial*. s.l.: Edições do Autor.
- Simões, M., 1966. *Nas Três Frentes Durante Três Meses*. s.l.: Empresa Nacional de Publicidade.
- Teixeira, R. A., *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Documentos de Arquivo:
- Arquivo da Defesa Nacional, 1970. Carta de Comando do General Kaulza Oliveira de Arriaga. Lisboa.



Arquivo Histórico Militar, 1963-1966. Bat. Caç. 558 – História da Unidade, 2/7/149/5. Lisboa.

Arquivo Histórico Militar, 1969. Plano de Defesa de Cahora Bassa, F.6.3, S.6, Caixa 933 n.º 02. Lisboa.

Arquivo Histórico Militar, 1970^a. Ordem de Operações N.º 02/70, F.6.3, S.3, Caixa 927 n.º 6. Lisboa.

Arquivo Histórico Militar, 1970^b. Ordem de Operações N.º 03/70, F.6.3, S.3, Caixa 927 n.º 6. Lisboa.

Arquivo Histórico Militar, 1972. Relatório de Acção Nº 01/72-Operação: “NÓ GÓRDIO”, SC. B, SR.38, Caixa 994 n.º 6. Lisboa.

Entrevistas:

Coutinho, A. X. A. C. P., 2016. O Comando Missão na Campanha Militar no Teatro De Operações De Moçambique (1964 – 1975) [Entrevista]. Évora (26 junho 2016).

Revistas:

Couto, A. C., 2012. A Segurança do Empreendimento de Cahora Bassa (1970-1973). *Revista Militar*, 6/7, 621-662.



Anexo A — Síntese dos objetivos, dimensões e questões orientadoras

Tabela 3 – Objetivos, dimensões e questões orientadoras

Objetivo geral	Objetivo específicos	Dimensão	Questão central	Questões derivadas
Testar a validade do Comando Missão no TO de Moçambique	OE1 – Compreender o Problema	D1 – Direção do Processo Operacional pelos Comandantes D2 – Condução do Processo Operacional pelo EM	Como foi empregue, à luz do conceito atual de Comando Missão, o comando e controlo durante a campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964-75?	QD1 – Qual era a compreensão que o Comando possuía do ambiente operacional e da ameaça no TO de Moçambique?
	OE2 – Visualizar o Estado Final, a Natureza e o Conceito Operacional			QD2 – Como foi visualizado o estado final, a natureza e a conceção operacional tendo em vista a resolução do problema no TO de Moçambique?
	OE3 – Descrever as operações			QD3 – De que forma foi operacionalizada a resolução do problema identificado no TO de Moçambique?
	OE4 – Dirigir as operações			QD4 – Como é que foram dirigidas as operações no TO de Moçambique, para fazer face ao problema identificado, no âmbito da função de combate Comando Missão?

Fonte: (Autores, 2016)



Anexo B — Síntese dos indicadores

Tabela 4 – Indicadores

Código	Indicadores
I1.1	Verificar a análise do ambiente operacional.
I1.2	Identificar a ameaça existente
I1.3	Reconhecer o entendimento da situação pelo Comandante
I2.1	Verificar a existência de uma compreensão situacional que permita ao comandante identificar o problema e visualizar a sua solução.
I2.2	Identificar referências ao estado final das operações em Moçambique
I2.3	Identificar referências à natureza das operações
I2.4	Verificar a presença de indicadores para a conceção operacional
I3.1	Transmissão da Intenção do Comandante
I3.2	Identificação do Conceito da Operação
I3.3	Transmissão das Necessidades de Informação para Planeamento
I3.4	Planeamento do EM em concordância com indicações do Comandante
I4.1	Preparação e aprovação dos planos e ordens
I4.2	Verificar se as missões, tarefas, composição e articulação de forças e medidas de controlo eram refinadas consoante as alterações de situação
I4.3	Posicionamento das Unidades com a intenção de maximizar o potencial de combate, antecipar ações, criar e preservar opções de manobra
I4.4	Prioridades de apoio e atribuição de recursos eram ajustadas de acordo com as ameaças e oportunidades
I4.5	Aceitação do risco de forma a criarem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa
I4.6	Emprego das reservas

Fonte: (Autores, 2016)



Anexo C — Mapa Concetual

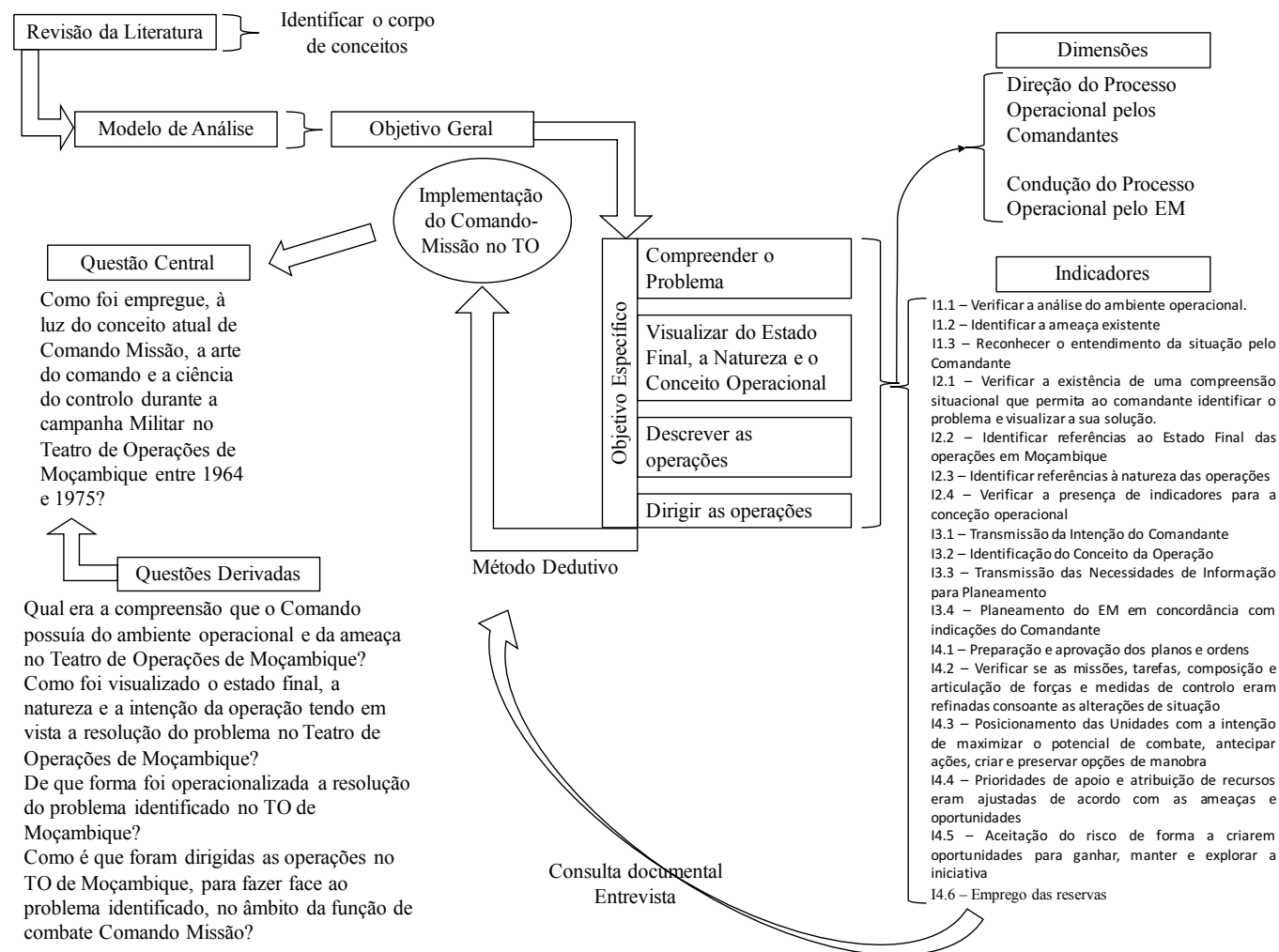


Figura 4 – Mapa Concetual

Fonte: (Autores, 2016)



Anexo D — Os Comandantes Chefe de Moçambique (1961-74)

Almirante Sarmiento Rodrigues, Governador Geral e Comandante Chefe de Moçambique (1961 – maio de 1964)

Adepto da progressiva autonomia das colónias, evita, no entanto, o conflito institucional com o ministro Adriano Moreira, com quem manterá boas relações (Afonso, 2000, p. 579).

General José A. da Costa Almeida (maio de 1964 – 1968)

O facto de acumular os cargos de governador Geral e Comandante-chefe, fez com que se mantivesse na capital Lourenço Marques e delegasse a conduta das operações militares do NORTE de Moçambique no Comandante da Região Militar de Moçambique, que constituiu um posto avançado em NAMPULA (Afonso, 2000, p. 583).

General António Augusto dos Santos (1968 – maio de 1970)

A par do General Costa Gomes como Comandante da Região Militar de Moçambique, teve o mérito de organizar a estrutura territorial das forças portuguesas, articulando as componentes operacional e logística, o que era particularmente difícil num território com as características de Moçambique. A sua manobra caracterizou-se pela montagem de um dispositivo no NORTE, nas áreas do NIASSA e de MUEDA, que procurava cortar as linhas de infiltração dos guerrilheiros a partir da TANZANIA. Teve uma adequada perceção da importância das populações e procurou articular todos os meios para as atrair às posições portuguesas, estabelecendo boas relações com as autoridades civis e religiosas (Afonso, 2000, p. 599).

General Kaúlza Oliveira de Arriaga (abril 1970 a julho de 1973)

Sem qualquer experiência anterior de comando em operações, procurou colocar em execução uma estratégia empregue por vários Generais Europeus e Americanos em conflitos de idênticas características, na INDOCHINA, na ARGÉLIA e no VIETNAM, sempre com maus resultados. A sua ação, baseada na força, contra um movimento de libertação politicamente bem estruturado, que aumentou continuamente o seu potencial de combate e as áreas de atuação, conduziu a um ponto em que não restava mais do que exigir sempre novos reforços e apoios. Em 1973, o seu crédito de promessas de vitória estava esgotado e



o Ministro da Defesa substituiu-o por alguém com outros métodos e ideias. Sucedeu-lhe Basto Machado (Afonso, 2000, p. 17).

General Basto Machado (julho de 1973 – 25 de abril de 1974)

Nomeado por Marcelo Caetano para substituir O General Arriaga por “outra pessoa que possa rever os conceitos e as táticas”, General de personalidade serena, para limitar estragos e ganhar tempo herdou uma guerra que aumentara de intensidade no NORTE, após a Operação NÓ GÓRDIO, e alastrara de TETE em direção ao SUL e à BEIRA, com más relações com o governo da província, a igreja católica e as autoridades civis (Afonso, 2000, p. 459).



Anexo E — Entrevista ao Major-General Pereira Coutinho

NOME: ANTÓNIO XAVIER AREU Y CAMPOS PEREIRA COUTINHO

POSTO: Major-General, na situação de reforma

1.^a FUNÇÃO NO TO: Oficial de operações do Comando do Agrupamento n.º 2963; Posteriormente, na 3.^a Repartição do QG/CC de Moçambique, chefiou a secção destinada ao controlo dos Grupos Especiais, Grupos Especiais Paraquedistas e autodefesa das populações.

2.^a FUNÇÃO NO TO: Chefe do EM do CODCB.

LOCAL: Moçambique.

PERÍODO: 6 de maio de 1969 a agosto de 1971 e de 15 de outubro de 1973 a 5 de março de 1975.

Informação inicial

O Major-General Pereira Coutinho participou em quatro comissões no Ultramar. Como Capitão, cumpriu duas comissões de serviço. A primeira em Goa, no ex-Estado Português da Índia, como comandante do Esquadrão de Reconhecimento N.º 4, entre 27 de março de 1961 e a invasão pela União Indiana. A segunda comissão em Angola, entre 19 de fevereiro de 1964 a 9 de junho de 1966, como comandante da Companhia de Cavalaria N.º 628, que pertencia ao Batalhão de Cavalaria N.º 631. Esta companhia desempenhou missões de interdição de fronteira, quadrícula e intervenção.

Como Major, na sua terceira comissão de serviço, de 6 de maio de 1969 a agosto de 1971, em Moçambique onde desempenhou as funções de oficial de operações do Comando de Agrupamento N.º 2963, sucessivamente no Setor D (ZAMBÉZIA) e no Setor E (MARRUPA), que ficava situado entre os Setores A (VILA CABRAL) e o B (CABO DELGADO), no norte de Moçambique. Quando o Comando de Agrupamento foi para zona de descanso, foi aproveitado para a 3.^a Repartição do Quartel General, onde foi chefiar uma secção recém-formada, destinada a controlar os Grupos Especiais, Grupos Especiais Paraquedistas e a autodefesa das populações.

Por último, na sua quarta comissão no período de 15 de outubro de 1973 a 5 de março de 1975 em Moçambique, desempenhou as funções de chefe do EM do Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa.



Q1: Como era caracterizado o problema vivido em Moçambique entre 1964-1975 por parte do Comandante-chefe e a sua cadeia de comando?

R: O problema vivido em Moçambique era uma guerra do tipo subversivo, levada a cabo por vários movimentos emancipalistas.

Q2: Na sua opinião, como evoluía a compreensão do problema vivido em Moçambique ao longo da cadeia de comando?

R: A evolução da compreensão do problema vivido em Moçambique, a todos os níveis da cadeia de comando, foi sempre atual, devido ao esquema de informação eficiente que o Quartel General do Comandante-chefe mantinha.

Q3: A compreensão do problema pelo Comandante-chefe era coerente com a do Capitão Comandante de Companhia, isto é, as suas ações e operações conduzidas foram norteadas por um entendimento comum sobre a compreensão do problema e da ameaça?

R: Pergunta confusa. Julgo que posso responder da seguinte forma:

- A nível de situação geral, a compreensão do problema pelo Capitão Comandante de Companhia era coerente com a do Comandante-chefe.
- Quanto às ações e operações, a conduta tinha que ser feita de uma forma muito descentralizada e dentro da maior liberdade de ação em todos os níveis dos escalões subordinados.

Q4: Como era caracterizado o Ambiente Operacional do teatro de operações de Moçambique? Eram tidas em conta as dimensões Política, Militar, Económica, Social, Informações e Infraestruturas? De que forma?

R: O ambiente operacional do TO Moçambique entre 1964 e 1975, tinha as características de uma guerra subversiva. Durante este período passou por várias fases. Inicialmente, o esforço do In estava orientado para os distritos de Cabo Delgado e do Niassa onde tencionava criar uma zona libertada. No distrito de Tete a presença do In era muito fraca. Depois da Operação NÓ GÓRDIO a subversão no distrito de CABO DELGADO passa para sul do Rio MESSALO e entra no Distrito de Moçambique. Entretanto foi decidido construir a barragem de Cahora Bassa. Nesta altura a Frelimo decidiu passar o esforço para o distrito de Tete para impedir a construção da barragem e alastrar a subversão para o centro de Moçambique, em



direção ao Chimoio e à Beira. Os fatores Político, Militar, Económico, Social, Informações e infraestruturas foram sempre tidos em consideração e condicionavam a reação à ação do In.

Q5: Como era caracterizada a FRELIMO como ameaça e como parte do problema vivido em Moçambique?

R: A FRELIMO era o movimento de libertação de Moçambique com maior projeção política e militar. Era apoiado pela URSS, pela China e pela OUA. Constituía a ameaça mais importante a ter em consideração.

Q6: Sendo visualizar a capacidade de um comandante para converter algo de abstrato (a sua compreensão do problema operacional) em algo concreto ou real (produto operacional), no seu ponto de vista, como foi vista e analisada a solução para o problema acima descrito em Moçambique (1964-1975)? Que procedimentos e técnicas de EM eram utilizados para o efetuar?

R: Há uma grande diferença entre a conduta de uma guerra subversiva e a de uma guerra convencional. A guerra subversiva é uma guerra de baixa intensidade até ao momento em que o In consegue ganhar a iniciativa. Em cada uma das fases, o Comandante-chefe que a teve de enfrentar foi capaz de visualizar o problema operacional. Emitia uma diretiva onde expressava a sua visualização do problema e a orientação do esforço operacional. Esta diretiva orientava o trabalho do EM do Comandante-chefe de Moçambique e de todos o comandos operacionais e administrativo-logísticos.

Q7: Como foi visualizado o Estado-Final, a natureza e a conceção operacional no teatro de operações de Moçambique entre 1964 -1975?

R: A visualização que sempre se teve do Estado-Final era a de que estávamos empenhados numa guerra de baixa intensidade, que era necessário manter nesse nível para dar tempo ao governo político para encontrar uma solução. Era muito importante fazer tudo para evitar que a intensidade da guerra aumentasse devido à pobreza de Portugal e ao fato de se estar empenhado em três frentes de guerra (Angola, Guiné, Moçambique). A visualização foi interrompida pela revolução de 25 de abril de 1974.



Q8: De que ferramentas dispunha um comandante e o seu EM para atribuir missões, comandar e conduzir operações?

R: Para responder a esta pergunta, temos de considerar duas situações: as unidades de quadrícula e as de intervenção. No caso das unidades de quadrícula, cada uma tinha à sua responsabilidade um determinado setor. De acordo com a diretiva do CC, cada Setor elaborava um “programa mensal de atividade operacional”, que depois de aprovado era difundido aos Batalhões para estes, por sua vez, planearem a respetiva atividade. Por sua vez as Companhias de Quadrícula, a partir da orientação do PAO (Plano de Atividade Operacional) do Batalhão também planeavam a atividade operacional a desenvolver. A base desta atividade eram patrulhamentos, emboscadas, golpes de mão, nomadizações, abertura de itinerários, escoltas a colunas e segurança imediata e defesa dos estacionamento. Não nos podemos esquecer que cada unidade estava no mesmo local cerca de um ano. De certa forma, esta era uma maneira de compensar o melhor conhecimento que o In tinha do terreno por dele ser natural. Evidentemente, cada comandante tinha liberdade para, sempre que aparecia um objetivo compensador, interromper a atividade de quadrícula e combatê-lo. No caso das unidades de intervenção, a nível RMM, Setor e Batalhão, eram empregues sobre objetivos bem referenciados, operações de grande envergadura e reforço da atividade operacional de quadrícula. As missões, conforme o escalão, eram transmitidas através de ordens de operações, contato pessoal e mensagens rádio. O controlo da atividade operacional em zonas onde só se podia chegar a pé, era difícil. O meio mais utilizado era o posto de comando aéreo, a bordo de um DO-27 ou de um helicóptero. A atividade a todo o nível também era controlada por intermédio dos relatórios imediatos e dos relatórios da situação (SITREP) diários, enviados por mensagem rádio. Em relação ao EM, parece-me oportuna uma consideração. O EM é um órgão do Comandante. Trabalha para ele. Todas as ordens que porventura der são em nome do Comandante e têm de ter a respetiva concordância. Como se dizia no meu tempo “o EM é um órgão impessoal e irresponsável”.

Q9: Relativamente a Cahora Bassa, como foi descrito o plano de defesa do CODCB?

R: Quando se fala de um plano operacional nunca nos podemos alhear da missão, do Terreno, do Inimigo e dos meios. À operação foi dada a designação de Operação MÁRMORE. Coincidiu no tempo, com a eclosão em Portugal, da Revolução do 25 de Abril, não teve condições para decorrer com normalidade. Não foi possível conseguir chegar aos locais mais distantes onde se situavam as organizações do inimigo porque houve necessidade de restringir drasticamente o emprego dos helicópteros uma vez que o combustível fornecido



pela AB 7 continha elevado teor de água e não tinha condições para ser utilizado. Os rodesianos, durante esta operação, perderam três aviões de reconhecimento e ligação, abatidos pelo inimigo. A única conclusão tirada foi a certeza de que, no Distrito de TETE, o inimigo tinha sido substancialmente reforçado em efetivos e armamento. Um dos postos da defesa periférica do CODCB foi flagelado pelo inimigo. O CODCB para conseguir atingir o inimigo com fogos de artilharia mais profundos, deslocou para o aldeamento do MACHESSO o pelotão de bocas de fogo de 14 cm que estava na CHIPERA e um pelotão de atiradores para lhe dar proteção. O inimigo, logo a seguir, flagelou CHIPERA com foguetões de 122 mm.

Consequência do 25 de Abril, o CODCB começou a ter problemas com os camionistas que não queriam sujeitar-se à disciplina das colunas, devidamente escoltadas, entre TETE e o SONGO. Queriam circular livremente, mas não havia qualquer garantia de o poderem fazer sem o perigo de serem atacados pelo inimigo.

Em julho/agosto o Comandante do CODCB foi de licença para Portugal. Durante este período, de acordo com as diretivas recebidas, foi preciso começar a negociar, a nível local, o cessar das hostilidades. Conseguiu-se fazer a primeira reunião com o inimigo no dia 9 de agosto de 1974 no aquartelamento do Esquadrão de Cavalaria 3, na MARARA. Foi acordado com o Comandante do 5.º Destacamento do 4.º Sector do inimigo, o FERNANDO NAPULULA, o cessar das hostilidades, que só não foi respeitado pelo inimigo, em alguns casos pontuais, relativos às populações nativas. Cerca de uma semana depois foi feita nova reunião no CODCB, no aquartelamento de ESTIMA, tendo ficado consolidado o cessar das hostilidades a nível local.

Entretanto, chegou, vindo de licença, o Comandante do CDCB. Começou por fazer, no SONGO, uma reunião onde também estiveram presentes o Eng.º Brás de Oliveira - responsável pela construção da Barragem de CABORA BASSA e o Governador da Província de TETE (FRELIMO) – José Moiane. As arestas foram limadas. Esta reunião foi de muita importância para o bom entendimento entre as partes. Pouco depois, o atual Presidente da República de Moçambique, Armando Guebusa, na altura Comissário Político da FRELIMO, veio fazer ao SONGO uma banja para os trabalhadores da obra da barragem. Começou-se a substituir o pessoal do Destacamento Policial do SONGO por elementos da FRELIMO. Foi nomeado comandante do Destacamento o António Thai, que chegou a ser Vice-Ministro da Defesa da República de Moçambique. O Batalhão de Caçadores 4810 foi substituído pelo Batalhão de Artilharia 6223. Em ESTIMA ficou a 3.ª Companhia deste



batalhão. Entretanto foi assinado, em 7 de setembro de 1974, o “ACORDO DE CESSAR-FOGO ENTRE A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE E O ESTADO PORTUGUÊS”, do qual se junta uma cópia.

Q10: Como eram dirigidas as operações em Moçambique em 1964-1975? Que ferramentas e que meios eram utilizados?

R: Devido à dificuldade em meios para controlar as operações, o rádio, por intermédio de relatórios imediatos e SITREP, era a ferramenta mais utilizada. Também se utilizava o sistema de linhas de fase e de limites. No entanto, os comandantes, em todos os níveis, tinham larga liberdade de ação, especialmente na exploração de informações e dos sucessos.

Q11: Como é que os comandantes (se possível o General Arriaga) transmitiam a sua intenção ao seu EM e aos seus comandantes subordinados? Utilizava ferramentas como a Finalidade, Tarefas Chave e Estado-Final?

R: A nível do QG do Comandante-chefe, todos os dias às 0800 havia uma reunião onde estavam presentes o General Comandante-chefe, os Comandantes dos Ramos das FA, e todos os chefes de repartição e seção do QG do Comandante-chefe e das Chefias dos Serviços. Todos estavam sempre a par do que se passava. O General Comandante-chefe encerrava a reunião dando a sua opinião sobre a evolução da situação e das medidas que tencionava tomar para lhe fazer face. Desta forma dava uma orientação contínua para que o planeamento operacional estivesse sempre ajustado à evolução da situação. Todos os meses havia uma reunião com os comandantes de Setor e dos Comandos Operacionais onde o General Comandante-chefe transmitia a sua intenção aos seus comandantes subordinados.

Q12: O General Arriaga dava ordens tipo-missão aos seus subordinados? (Tarefa e finalidade. Não referiam o Como?)

R: O General Arriaga nas ordens tipo-missão só indicava a tarefa e finalidade. Deixava o “Como” à liberdade dos comandantes subordinados. O que era indispensável era cumprir com êxito a missão.